



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 66ª
(SEXAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE AGOSTO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 65ª Sessão Ordinária;
- Ata da 11ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 12ª Sessão Extraordinária.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Esta Presidência informa que há em plenário apenas três Parlamentares, portanto, não há *quorum*. Neste momento, são 15h28min. A sessão será suspensa por dez minutos e, não havendo *quorum*, será encerrada.

Esta Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que venham ao plenário para que possamos dar início aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, bem como ao expediente deliberativo da Casa. A sessão será suspensa neste momento e será reaberta às 15h38min para a conferência de *quorum*. Não havendo *quorum*, a sessão será encerrada.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h28min, a sessão é reaberta às 15h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão. São 15h39min.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Chico Vigilante, que faça a chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA__26/08/2014/2014 HORÁRIO:15:41

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
ALÍRIO NETO	PEN		X
ARLETE SAMPAIO	PT	X	
AYLTON GOMES	PR		X
BENEDITO DOMINGOS	PP		X
CELINA LEÃO	PDT	X	
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CLÁUDIO ABRANTES	PT		X
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP	X	
ELIANA PEDROSA	PPS		X
EVANDRO GARLA	PRB		X
JOE VALLE	PDT		X
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X
PATRÍCIO	PT		X
PAULO RORIZ	PP		X
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RÔNEY NEMER	PMDB		X
WASHINGTON MESQUITA	PTB		X
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
TOTAL		8	16

SECRETÁRIO DEPUTADO (A) CHICO VIGILANTE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Eliana Pedrosa pediu para avisar que está no sepultamento do irmão da ex-Governadora Abadia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Agradeço a V.Exa. A assessoria dela já havia me comunicado. Peço desculpas e agradeço sua oportuna lembrança.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Vice-Líder, Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, saúdo os servidores da Casa que estão na galeria e peço o empenho da Mesa Diretora para que possamos dar agilidade a esse projeto.

Quero trazer um tema muito importante à tribuna da Casa, Sr. Presidente. Eu tenho uma preocupação muito grande com o planejamento orçamentário do Governo do Distrito Federal. Nosso corpo técnico preparou uma análise. Nós tivemos o bloqueio de emendas parlamentares no valor de 5 milhões.

O Decreto nº 34.749, de 18 de outubro de 2013, dispõe sobre prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2013. Esse decreto, entre outras coisas, veda a emissão de notas de empenho a partir do dia 1º de novembro de 2013.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Sr. Presidente, tivemos uma pedalada do ano passado para este ano. Nós tiramos várias contas que tínhamos a pagar, e remanejamos para o ano de 2014. Então, estamos pedalando de um ano para o outro. O ano financeiro acabou com dez meses.

No início do mês de janeiro, os servidores do Distrito Federal tiveram dificuldades para receber suas férias. Foi publicado decreto limitando a data para 31 de janeiro, cancelando os restos a pagar de 2013. Esse prazo, historicamente, termina nos meses de abril, maio ou junho. O gasto de despesas com pessoal e encargos sociais de 2013 montou em R\$9.976.000.000,00 (nove bilhões novecentos e setenta e seis milhões de reais).

Hoje, a despesa autorizada para a mesma despesa é de R\$10.109.519.131,00 (dez bilhões cento e nove milhões, quinhentos e dezenove mil cento e trinta e um reais), perfazendo uma diferença de 132, se comparando 2014 a 2013. Só que essa diferença do impacto de aumento de pessoal é de R\$699.004.570,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, quatro mil quinhentos e setenta reais). Então, há um déficit direto de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para pagamento da folha. Há um déficit direto para pagamento de pessoal. Uma coisa que me preocupa é salário para pagamento de pessoal. E isso sem contar o crescimento vegetativo da folha, que gira em torno de 2,5%.

Com relação às despesas de custeio, o GDF gastou R\$6.542.000.000,00 (seis bilhões quinhentos e quarenta e dois milhões de reais), e este ano tem despesa autorizada de R\$5.890.967.388,00 (cinco bilhões oitocentos e noventa milhões, novecentos e sessenta e sete mil trezentos e oitenta e oito reais), diferença a maior de R\$132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões de reais).

O reconhecimento de dívida, em 26 de agosto, já empenhou R\$629.000.000,00 (seiscentos e vinte e nove milhões de reais). Essas despesas ainda são do ano passado. Estão fazendo uma conta bem simples de R\$567.000.000,00 (quinhentos e sessenta e sete milhões de reais) de déficit de pessoal, só para pagar o impacto, sem contar o crescimento vegetativo da folha de pessoal de R\$629.000.000,00 (seiscentos e vinte e nove milhões de reais). Então, nós temos um déficit direto nos cofres públicos de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Sr. Presidente, acredito que esta Casa tem que discutir e, talvez, trazer o secretário de planejamento, já que o outro pediu exoneração. Era servidor concursado desta Casa, um excelente servidor. Eu chego a indagar se esse furo no orçamento do Distrito Federal não seja a real motivação do pedido do Joan de exoneração do cargo.

Então, eu gostaria que a Líder do governo, quem sabe, trouxesse esses números e qual é o planejamento do Governo do Distrito Federal. De onde serão retirados os recursos para pagar essas pedaladas, que já começaram desde o ano



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

passado, e esses restos a pagar? As pessoas prestaram serviço para o Governo do Distrito Federal e estão sem receber desde 2013.

E agora, novamente, fecha essa folha com déficit de quase um bilhão e meio. Por isso, eu gostaria de pedir providências ao Governo do Distrito Federal. Vou propor uma comissão para chamar o secretário de planejamento, fazer a ele um convite para trazer os dados e dizer qual o planejamento.

Quando se fala em pagamento de folha, é algo que realmente me preocupa, até porque tivemos nossas emendas parlamentares bloqueadas para custeio de folha de pagamento. Portanto, gostaríamos de saber qual é o planejamento final para cobrir esse déficit.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Primeiro, quero dizer que o planejamento econômico do governo tem sido demonstrado a esta Casa através das audiências públicas promovidas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nessas ocasiões, o secretário dá todas as explicações que os parlamentares presentes às audiências públicas possam requisitar. Então, já é habitual da CEOF fazer esse debate. O planejamento depende muito do cenário econômico e da arrecadação que o governo possa desenvolver.

Digo isso sem nenhuma tentativa de vedar o debate necessário que precisa ser feito nesta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria lembrar que eu estava assistindo a um programa eleitoral da Presidenta Dilma, quando S.Exa. deu uma informação de que o Brasil precisa os investimentos que estão sendo feitos para a infraestrutura do País. Inclusive, houve muita repercussão e foi muito comentado nas redes sociais a construção daquelas gigantescas torres para transmissão de energia e as grandes hidrelétricas que estão sendo concluídas, que vão trazer um aporte muito importante de energia para o Brasil.

Infelizmente, o povo brasileiro não sabia dessas realizações, e não sabia por que, infelizmente, nós temos um país em que toda a mídia nacional é propriedade de seis famílias do Brasil. Então, essa imprensa viciada tomou uma atitude muito curiosa ultimamente.

A Presidenta Dilma visitou a família de Dona Nalvinha, no interior da Bahia, próximo ao local onde há a nossa Hidrelétrica de Paulo Afonso. A Dona Nalvinha é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

beneficiária de vários programas do Governo Federal: da reforma agrária, do Bolsa-Família, do Luz para Todos, do Programa Cisternas, da Inclusão Produtiva Rural, do transporte escolar, da Patrulha Mecanizada, do PAC. São 12 pessoas na família, e Dona Nalvinha é a única que ainda tem o problema de não ter dentes. Ela fala com a mão na frente da boca porque não tem os dentes.

E aí, o que a mídia falou? Não deu notícia de uma linha acerca dos programas que o governo realiza e que mudou a vida daquela pessoa, daquela família, mas deu sobre a dentadura. Essa foi a grande manchete da mídia, numa tentativa muito aberta, muito escancarada de diminuir a importância das realizações deste governo e atrapalhar a perspectiva de vitória eleitoral da Presidenta Dilma. É esse o objetivo dessa mídia. Obviamente, Dona Nalvinha, sua família e tantas outras famílias brasileiras reconhecem, de maneira muito clara, a importância dos programas que este governo vem realizando para mudar a vida da população.

Eu fui secretária executiva do MDS. Esse programa de cisternas no semiárido brasileiro é um programa de extrema relevância, mas nem sempre as pessoas falam sobre ele. Nós construímos uma cisterna unifamiliar numa residência. Essa cisterna custa em torno de 4 mil reais desde a mobilização até à conclusão dessa construção. Ela armazena 16 mil litros de água, o que é suficiente para que uma família de 5 membros possa atravessar a estiagem com garantia.

Além das cisternas de água para beber, também há equipamentos para guardar água para a produção. Isso tem mudado a vida daquelas famílias, cujas mulheres, principalmente, saíam 3, 4 quilômetros com uma lata d'água na cabeça para buscarem água, muitas vezes, absolutamente sem condições de consumo.

Como cidadãos e cidadãos brasileiros, eu penso que temos de abraçar, de maneira forte, a campanha da reforma política. Temos de abraçar, de maneira forte, a necessidade de democratização da comunicação no Brasil. Essa é uma necessidade urgente se queremos continuar no rumo de fortalecer a democracia brasileira.

Por último, Sr. Presidente, no tempo que me resta, eu quero lembrar aqui que, às vezes, esta Casa produz um conjunto de leis que os próprios parlamentares ou a própria Casa não levam em conta e não fortalecem aquilo que é a produção legislativa desta Casa.

No último dia 17, nós comemoramos o Dia do Patrimônio, e foram poucas as comemorações aqui no Distrito Federal. A comemoração desse dia é resultado de uma lei de minha autoria, aprovada nesta Casa. Essa lei coloca a necessidade de que esta data seja debatida nas escolas e que as pessoas da cidade se assenholeiem desta informação fundamental, que é o fato de Brasília ser o único bem, o único sítio do século XX, construído no século XX, tombado pela Unesco.

Quero lembrar a todos, ainda, que nós fizemos agora a reunião do Colégio de Líderes e acordamos de votar alguns projetos de parlamentares que estão na pauta de hoje, além desses, de votarmos cinco projetos de interesse do Executivo, dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

quais, dois referem-se à suplementação orçamentária para o pagamento dos salários de servidores de diversas áreas.

Então, quero fazer um apelo aos Deputados que estão nos gabinetes, aos Deputados que estão despachando, conversando com pessoas nos seus gabinetes ou em qualquer outro lugar desta Casa, para virem ao plenário para que esta Casa possa cumprir o seu papel de contribuir no sentido de votar os projetos que favorecem os servidores, não permitindo que haja atraso nos salários dos servidores públicos do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero levar uma saudação aqui ao nosso pessoal, aos servidores desta Casa. Eu sempre digo que esta Casa tem o melhor quadro de servidores do Distrito Federal, por isso eles merecem ser bem tratados.

Sr. Presidente, quero abordar dois assuntos na tarde de hoje. O primeiro é a violência praticada no Distrito Federal e no Brasil. Eu moro em Ceilândia e assisti ao noticiário da televisão dando conta de que, no dia de ontem, nesta madrugada, atuou a chamada “gangue da marcha à ré”, que são elementos que roubam carro, posicionam esse carro numa loja, põem o carro de ré e derrubam as portas das lojas para furtar as mercadorias. É um quadro muito triste.

A última vítima desta madrugada foi a loja Beth e Lili, uma loja tradicional da nossa querida Ceilândia. No entanto, isso só ocorre porque tem uma raça da pior espécie, que é o chamado receptador. O receptador é pior do que o bandido, porque o bandido assalta, e o receptador compra. Portanto, é realmente uma situação grave. A lei precisa endurecer tanto com relação aos assaltantes, mas muito mais com relação ao receptador para que a gente possa se livrar dessa raça de canalhas que fica roubando o que é dos outros.

Portanto, fica minha solidariedade aos nossos empresários da Ceilândia, que lutam com todas as forças para gerar emprego e pagar impostos naquela cidade. Espero que a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal, que são competentes, tenham a capacidade de colocar aqueles facínoras na cadeia para que eles parem efetivamente de perturbar a vida de quem trabalha e de quem gera emprego.

O segundo assunto, Sr. Presidente, em que quero tocar – parece que muita gente, Deputada Arlete Sampaio, está com medo de falar – é com relação a esse avião da campanha do PSB, o avião fantasma que estava fazendo a campanha do PSB.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Deputada Arlete Sampaio – eu e V. Exa., que somos fundadores do PT e sabemos o tanto de ataques que o Partido dos Trabalhadores já sofreu –, fico imaginando, Deputado Wasny de Roure, se fosse um avião fantasma fazendo a campanha do PT. Seriam editoriais e mais editoriais da Globo; seriam comentários e mais comentários do Arnaldo Jabor; seriam comentários e mais comentários do Merval Pereira. Entretanto, ninguém diz nada. O Beto Albuquerque, que agora é candidato a vice na chapa da Sra. Marina, ainda ousa desafiar a Polícia Federal dizendo que a Polícia Federal só poderia falar alguma coisa depois que apurasse. O mesmo Beto Albuquerque, quando tinha alguma acusação contra o PT, era o primeiro a ir para cima e divulgar os assuntos. Portanto, são dois pesos e duas medidas.

É esse tipo de hipocrisia que a sociedade brasileira não aceita. É preciso que seja investigado. É preciso que isso venha às claras para a sociedade brasileira. Tem que ficar claro que foi caixa dois. Tem que ficar claro que o avião fantasma que estava fazendo campanha estava a serviço de usineiros no Nordeste brasileiro.

E, agora, qual a solução que estão encontrando? Eu li ainda agora no blog 247 que a solução é trocar o CNPJ da campanha. Essa é a pior solução possível, porque, se vai trocar o CNPJ da campanha porque ela foi apanhada num malfeito, abrirá a possibilidade, por exemplo, de o Banco Itaú trocar o CNPJ. Ele, que está devendo 18 bilhões de reais à Receita Federal, também terá direito de trocar o CNPJ. Se for trocar o CNPJ achando que estará resolvido o assunto, dará ensejo também para a Natura, que sonogou, que está devendo e cujo dono foi candidato a vice na campanha passada da Marina, também trocar seu CNPJ. Portanto, não é trocando o CNPJ que se vai resolver o problema. Tem que vir a público, tem que explicar efetivamente, tem que dizer de quem é o avião. Até agora não encontraram o dono. Ninguém sabe quem é o dono do avião, que a imprensa já está classificando como avião fantasma. Portanto, se queriam efetivamente fazer a nova política no Brasil, tinham que ter começado diferente. Porque aí não é a nova política. É a política velha, antiga, carcomida, que sempre se praticou nesta nação. Isso não aceitamos em hipótese nenhuma. Então, eles que expliquem agora, sem trocar CNPJ, quem é o proprietário do avião.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas que ocupam cargo do Poder Legislativo, eu sou analista legislativo, eu me considero um membro de vocês. Eu já deixei claro que qualquer proposição para reestruturação de carreira de qualquer servidor público que chegou do GDF, eu assinei, como serei o primeiro a assinar a de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

vocês. A minha vida funcional sempre foi calcada... Inclusive nós fizemos o melhor plano de carreira do serviço público, considerado em tese da USP, que foi o do Senado. Então, acho que a valorização do servidor do legislativo é fundamental ao bom desempenho da nossa atividade. Portanto, vocês podem contar comigo.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a presença em plenário das seguintes pessoas: o administrador Jairo Brandizzi, Diretor de Administração e Finanças do nosso Conselho Regional de Administração; o nosso administrador Dr. Rui Ribeiro de Araújo, Diretor de Fiscalização e Registro do Conselho Federal de Administração; e também o Dr. Carlos Alberto Ferreira Júnior, nosso Presidente do Conselho Federal de Administração aqui de Brasília. Portanto, eu gostaria de fazer esse registro. Essas pessoas têm papel fundamental, principalmente os administradores de empresas, os administradores públicos, Deputado Cláudio Abrantes, pela qualidade técnica que impõem, especialmente na administração pública.

Eu fiz uma proposição legislativa no sentido de que tanto os DAGs como os SUAGs – Subsecretários de Administração Geral sejam de competência privativa dos administradores. Esse projeto já está tramitando. Eu acho que isso não só valoriza a categoria dos administradores, como também dá uma melhor qualidade técnica e profissional não só às administrações regionais como também às secretarias.

Mas o assunto que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é o problema da Agefis. Deputada Arlete Sampaio, a omissão do Governo penaliza exatamente as pessoas menos favorecidas. Então, eu estou propondo, com uma indicação ao Governador, que primeiro haja remissão das multas aplicadas pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis, pelo simples fato de que o próprio Governo, Deputado Prof. Israel Batista, não se antecipou e não aprovou a Luos. Então, as pessoas estão sendo multadas e penalizadas por uma culpa que não é delas e, sim, do Governo, por sua ambição e por sua omissão ao não fazer uma fiscalização ou não aprovar uma legislação. Se não temos a Luos aprovada, por que a Agefis, Deputado Chico Vigilante, fica multando e derrubando algumas coisas que já foram feitas há muito tempo, se a culpa é do próprio governo do qual a Agefis faz parte? Eu estou apresentando, sugerindo ao Governador Agnelo, que é sensível a esse caso, a remissão das multas aplicadas pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis enquanto não for aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Os moradores não têm culpa se o Governo até hoje não aprovou a Luos em Brasília. Eu estou apresentando essa indicação para propor exatamente essa remissão até que seja aprovada a Luos. Proponho não só a remissão das multas...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Agaciel Maia, sua preocupação é bastante pertinente, até porque enfrentamos esse debate sobre a questão das cercas, só para citar um dos problemas. A notificação, além da multa, é dos atos demolitórios. Por isso, a propositura que foi votada aqui e depois emendada nesta Casa com assinatura de alguns Parlamentares estendendo o equacionamento



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

até a aprovação da Luos foi extremamente positiva. Portanto, a preocupação de V.Exa. é muito pertinente, pois a legislação não pode ser apenas algo a confirmar o posicionamento da Agefis, mas sim dar cobertura às necessidades da população. Os órgãos fiscalizadores, além de fiscalizar, têm um papel pedagógico na conscientização da população para evitar infrações e não simplesmente autuar por uma questão que é a própria demora do Estado na condução do processo dentro do Legislativo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, V.Exa. é um Deputado extremamente conhecedor dos problemas de Brasília e competente nas suas proposições legislativas, com uma vasta experiência não só nesta Casa como também na Câmara dos Deputados. Só para exemplificar, um exemplo claro é aquele comércio da Esaf. Acho que há uns vinte anos existe aquele comércio ali, aquelas lojas, aquilo tudo lá. A Agefis passa lá e distribui multa para todo mundo a essa altura do campeonato, quando sabemos que há um processo de regularização que depende da Luos.

Deputado Cláudio Abrantes, eu acho que aplicar multa a essas pessoas, sendo que a omissão é do próprio Governo, que até hoje não aprovou a Luos, é muito injusto com a população. Portanto, eu estou propondo ao Governador Agnelo que haja a remissão dessas multas e seja estancado o procedimento de derrubada até que se aprove a Luos nesta Casa.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria falar hoje à tarde. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Indago se algum Parlamentar deseja se manifestar.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, servidores da Câmara Legislativa. Vocês reclamaram de mim, mas estou falando agora com vocês. Todos sabem muito bem que sou absolutamente solidária ao pleito de vocês. Só discuto a tática. Mas depois a gente discute.

Eu queria dar uma informação a todos os Parlamentares. Hoje, às 19h, a Sedhab realizará reunião, a fim de que as entidades que se inscreveram para participação no Conplan possam realizar a escolha de quem participará. No dia 9 de setembro, haverá a instalação do novo Conplan e a aprovação do seu regimento interno. Portanto, são datas importantes. Essas atividades são abertas àqueles que desejarem participar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Também, Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. para colocar, na extrapauta de hoje, os seguintes projetos: Projetos de Lei nºs 1.807, 1.974, 1.978, 1.981 e 1.982, de 2014. Lembro que o Projeto de Lei nº 1.980 é um crédito para que os Parlamentares possam remanejar as suas verbas às emendas. Acordamos, no Colégio de Líderes, dar mais uma semana de prazo para que todos os Deputados possam fazer isso. Portanto, quero alertar os demais Parlamentares que queiram fazer mudança nas suas emendas parlamentares que devem fazê-lo para aproveitarem a tramitação do Projeto de Lei nº 1.980, que deverá ser votado na próxima semana.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Deputada Arlete Sampaio, acato a inclusão, na Ordem do Dia, dos projetos solicitados.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, preliminarmente, de me dirigir aos servidores desta Casa.

Fiz parte da primeira legislatura desta Casa, Deputada Celina Leão, quando ela não tinha ainda um único servidor. Fomos responsáveis, inclusive, pela sua montagem preliminar, e coube à Primeira Secretaria, na época dirigida pelo Deputado Pedro Celso, a realização do primeiro concurso para a Câmara Legislativa. Nós conhecemos os anseios... Quando os servidores estiveram em uma situação de expectativa, retomamos uma comissão que havia sido constituída na época da gestão do Deputado Patrício. A comissão concluiu seus trabalhos, apresentou um relatório, e solicitamos aos colegas que compõem o gabinete da Mesa celeridade na apreciação das unidades da Casa que respondem sobre os mais diferentes aspectos da matéria. Eu estou atento a isso. Vejo aqui a presença da direção do Sindical, na pessoa do Josimar, e quero dizer que vamos dar uma posição, o mais rápido possível, sobre essa questão. Vamos reunir a Mesa Diretora nos primeiros dias de setembro, para ter uma definição dos demais colegas que a integram, com relação aos pareceres emitidos nas diferentes unidades.

Sr. Presidente, quero pedir a transcrição, nos anais desta Casa, de uma bela matéria que o *Correio Braziliense* fez no último sábado, dia 23 de agosto, reconhecendo a história do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Tenho o maior apreço por esse segmento e principalmente admiração pela maneira como chegaram os primeiros bombeiros a Brasília. Eles vieram caminhando do Rio de Janeiro. Esse assunto já foi tratado aqui em tempos passados, mas, dessa matéria, eu gostaria de pedir a transcrição nos anais da Câmara, tanto da imagem do Coronel Carlos Alberto, como da do Coronel Paulo José – oficiais. Houve também



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

um conjunto de praças que compuseram esse conjunto de oficiais e praças que integraram a primeira composição de bombeiros aqui no Distrito Federal.

A terceira questão que quero trazer a esta Casa, Sr. Presidente, Sra. Deputada Celina Leão, Deputado Wellington Luiz, Deputado Chico Vigilante, Deputado Cláudio Abrantes e Deputado Joe Valle, é que hoje estive na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para tratar de dois assuntos. Essa crise de água que São Paulo vive é extremamente grave, e estamos começando a percebê-la aqui no Distrito Federal.

Estive com uma comissão de moradores do Setor Habitacional Águas Quentes, mais especificamente uma comunidade próxima ao Dom Francisco, que é um condomínio com aproximadamente 150 famílias e que está absolutamente sem água. Essa região é abastecida por poços artesianos e, consequentemente, a população hoje não tem água nem para beber, Deputado Cláudio Abrantes. Imagine para outras necessidades! Fiquei extremamente feliz em saber da disposição do Presidente Oto e da sua equipe de técnicos e engenheiros para encontrar uma saída não apenas na eventual disponibilidade do atual poço fornecedor, mas até mesmo na abertura de outro poço artesiano.

Semelhantemente, estivemos com a comunidade do Lago Oeste. Há uma pequena comunidade, de aproximadamente quarenta famílias, que mora em pequenos lotes ali. Essas famílias têm um problema: elas se abastecem das antigas cisternas, que estão contaminadas com as fossas utilizadas pela população local. Consequentemente, a rede que abastece de água essa população está inteiramente contaminada, e não podemos nos mostrar indiferentes a essa situação.

Por último, quero também dizer que, nessa mesma audiência, estive a representação do Condomínio Bela Vista, extensão do Bairro Bela Vista, de São Sebastião, com aproximadamente duzentas famílias, que tem um problema de esgoto e de água. Nas três demandas ali manifestadas, foi extremamente positiva a postura da direção da Caesb em atendimento a essa população mais sofrida, mais sacrificada aqui do Distrito Federal.

Quero, portanto, cumprimentar o Presidente Oto, bem como toda sua equipe, pela disposição em dar celeridade à solução desses três importantes problemas, nestas três comunidades: Bela Vista, em São Sebastião; Lago Oeste, em Sobradinho, e a comunidade do Setor Habitacional Águas Quentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão, por cinco minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente e Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria de trazer à tribuna desta Casa uma denúncia muito grave, porque vivemos em um país democrático, onde todas as pessoas são livres para escolher o candidato que elas querem. Ontem eu estava em São Sebastião, Deputada Arlete Sampaio, e dois jovens vieram me contar uma situação – inclusive, estou fazendo uma representação por abuso de autoridade – em que um servidor do Detran abordou dois carros que tinham um *plotter* meu. Ele fez os dois jovens arrancá-los e os multou, falando que eles estavam com *plotter*. Ora, o Distrito Federal inteiro tem *plotter*. O absurdo foi tão grande, que os meninos, apesar de serem jovens, não assinaram a ocorrência. Eu estou com o número. Ele arrancou a sua identificação, mas para ele multar ele precisa ter um número.

Esse tipo de coisa nós não podemos deixar acontecer, esse tipo de bandalheira. Eu acho que a democracia parte do princípio de que devemos respeitar a vontade do outro. As vezes, eu vejo alguns candidatos estimularem agressões contra outros que estão apoiando outro candidato. Pelo amor de Deus, isso não mostra civilidade. O que me preocupa muito, Deputado Wasny de Roure – até porque o Detran é uma instituição que eu respeito muito. Inclusive, trabalhei muito por ela nesses quatro anos na Câmara –, é que um servidor efetivo teve a coragem... Se fosse só um carro, Deputado Prof. Israel Batista, seria até assim... Mas foram dois carros. Para infelicidade desse servidor, os dois são amigos, e eu estive em São Sebastião ontem. Então, esse servidor deve estar sem ter o que fazer. Deve estar faltando gente para multar, deve estar faltando rua para fiscalizar, porque para fiscalizar os carros que estão com *plotter* da Deputada Celina Leão... Eu nem acredito que isso seja algo orquestrado, porque todo *plotter* passa a visualização.

Então, eu queria deixar isso registrado. Estou fazendo uma representação. Inclusive, Sr. Presidente, vou encaminhar oficialmente por esta Casa, até para que isto não seja modelo para ninguém, porque servidor do Detran que vota em mim, eu tenho um monte. Será que os que votam em mim vão começar a abordar os que estão com *plotter* do outro e vão arrancar, também? Esta cidade sem lei! Uma cidade onde a função típica de Estado deveria ser a de fiscalizar é tomada desse jeito! Então, eu queria deixar aqui esse registro.

Sr. Presidente, para terminar, eu gostaria de dizer que fui surpreendida com uma fala, inclusive no Senado, sobre uma resolução do CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – que quer tirar a possibilidade de tratamento religioso em clínicas de reabilitação. Ora, se nós moramos em um Estado laico, as clínicas religiosas que têm o apoio de instituições religiosas não podem tratar seus doentes com viés religioso?

O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Maximiano, está querendo baixar essa resolução. Isso já está repercutido nacionalmente. Só para dar um exemplo do que significa isso: aqui no Distrito Federal, Sr. Presidente, temos 89



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

instituições, apenas 9 recebem verba do Estado, oitenta são mantidas por instituições religiosas, sejam elas espíritas, católicas, evangélicas... Agora, chegar para essas instituições e falar: "Olha, vocês podem tratar, mas não podem levar o que vocês acreditam." Isso é um absurdo, Sr. Presidente. O Estado não trata e ainda quer prejudicar quem faz esse trabalho? Nunca vi o Estado recuperar ninguém. Eu não conheço ninguém que o Estado recuperou. Eu conheço pessoas que foram tratadas em clínicas que têm o apoio religioso, qualquer que seja a raiz religiosa das instituições.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui esse registro, para que esse tipo de coisa não aconteça, porque isso seria um fracasso aqui no Distrito Federal. Nós não teríamos hoje o tratamento para oitenta clínicas que fazem isso com apoio da própria Igreja. As pessoas deveriam ajudar quem está fazendo alguma coisa e não atrapalhar. Isso é falta do que fazer. Este cara deve ser um cátedra que fica atrás de uma cadeira, que nunca tirou um doente da rua, que não sabe nem o que está falando. Ainda mais em plena campanha eleitoral. A Presidenta tem que ter pulso firme para tirar esse tipo de gente que não trabalha e ainda quer atrapalhar quem faz alguma coisa.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o projeto de lei que eu acabei de protocolar seja incluído para leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, quando o projeto chegar à Mesa, nós pediremos a sua leitura.

Esta Presidência lembra aos senhores Parlamentares que, se não houver *quorum*, a sessão será encerrada. Neste momento, contamos com a presença de onze Deputados. Nós precisamos da presença de mais dois Deputados para podermos dar início à sessão deliberativa.

Esta Presidência indaga aos senhores Parlamentares se mais alguém quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Srs. Deputados, eu quero mais uma vez abordar dois assuntos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O primeiro deles foi que no domingo eu tive um dia muito agradável. Eu consegui fazer dez reuniões no domingo. Ficamos das 8 horas da manhã até as 22 horas realizando reuniões. Andei toda a cidade de Planaltina, mas também fui à área rural de Planaltina. E há uma história mal contada por aí, Deputada Arlete Sampaio, quando falam que as pessoas não querem debater política. Isso não é verdade. Todas as dez reuniões estavam lotadas de gente querendo debater política. Pessoas interessadas em debater política, querendo se aprofundar com relação às questões políticas. E são nessas reuniões que vamos levantando os anseios da população.

Por exemplo, eu estive em uma comunidade tradicional, que há muito tempo que frequento, a comunidade rural chamada Palmeiras. E lá vem ocorrendo uma situação desagradável. E eu pretendo fazer com que esta situação seja resolvida também para as outras comunidades rurais: é que, infelizmente, acabaram com determinadas linhas rurais. A linha existia, mas houve um período que não foi muito legal no DFTrans, e suprimiram as linhas rurais. Eu já estou conversando com o seu atual Diretor, Jair Tedeschi, sobre a necessidade de se fazer um reestudo e a realocação de todas essas linhas para que as comunidades rurais sejam atendidas nos seus anseios e tenham, pelo menos, o transporte para transportá-las.

O segundo ponto que eu quero abordar. Quero aqui fazer um apelo ao Governador Agnelo Queiroz...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Joe Valle, estamos no horário dos Comunicados de Parlamentares. Em seguida, com certeza, o Presidente vai conceder a palavra a V.Exa. Creio que V.Exa. vai concordar comigo nessa questão de terem acabado com as linhas rurais.

É uma temeridade porque as pessoas ficam lá dependendo da carona de alguém. Você já mora na roça, um esforço danado para produzir, já tem um bocado de necessidades e ainda não ter nem o transporte... Muitas vezes uma galinha que ele pega para ser vendida na cidade, só dá para pagar a passagem. Portanto, nós todos temos que ajudar a resolver essa situação dos trabalhadores das áreas rurais.

Sr. Presidente, o segundo ponto que quero abordar é sobre a resolução do Tribunal Superior do Trabalho que determina que trabalhadores em terminais rodoviários têm direito a insalubridade. Quem trabalha constantemente, de maneira fixa nos terminais rodoviários, tem direito à insalubridade.

Nós temos cerca de quatrocentos trabalhadores que trabalham em serviços gerais, inclusive aqui no Terminal Rodoviário de Brasília, que não estão recebendo esse direito. Há uma decisão do tribunal para que seja pago esse direito deles. A insalubridade é devida em função dos poluentes que há ali. O ar das rodoviárias é completamente poluído. Portanto, os trabalhadores que estão ali constantemente expostos ao risco têm que receber e não estão recebendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

É uma cobrança que estou fazendo ao governo. Estou encaminhando um expediente ao Governador Agnelo para que determine à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal o repasse do valor correspondente à insalubridade às empresas para que elas possam pagar esses trabalhadores. É devido, é urgente, é uma necessidade que os trabalhadores têm e é legal. Portanto, se é legal, tem que ser paga. Ninguém está inventando nada. Eles têm que pagar aquilo que está determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, o meu apelo ao Governador Agnelo é que determine à Secretaria de Planejamento que repasse os recursos para que os trabalhadores dos terminais rodoviários possam receber.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dar boa tarde a todos.

Mais uma vez eu venho à tribuna, Sr. Presidente, porque, como muito bem disse o Deputado Chico Vigilante aqui, a situação que nós vivemos hoje na área rural, nos núcleos rurais, é realmente uma situação inaceitável.

Eu queria pedir a ajuda de todos os senhores, porque realmente os núcleos estão isolados. Os contratos existem, mas as empresas não estão cumprindo os seus contratos nas áreas que, segundo elas, não dão dinheiro. Ora, se não dão dinheiro, por que entraram na licitação? É licitação. Não foram contratadas ao bel-prazer.

Então, há que se punir essas empresas, substituí-las, fazer o que for possível emergencialmente, da forma como for, para que possamos realmente ter condição... As áreas rurais estão isoladas. Quem tem carro – eu já falei – vem de carro, mas a maioria não tem nos núcleos rurais. São realmente condições de vida... Domingo agora há pouco, estive em feiras a que as pessoas levam seus produtos para vendê-los de ônibus. E não conseguem levá-los. Então, além de não terem transporte, ainda não têm um meio de vida.

Eu queria convidar todos para, no dia 2 de setembro, aqui nesta Casa, participar de uma audiência pública para discutir a questão do transporte público na área rural e a questão das estradas. Estão intimamente ligados. Não adianta termos o transporte se as estradas não estão boas.

Precisamos de uma unidade de gestão nesse sentido da mobilidade na área rural, porque cada administração cuida, a Secretaria de Agricultura cuida e, no final, ninguém cuida. Então, na lógica, o que nós precisamos ter é uma unidade para termos um plano de mobilidade rural, que é sempre um espaço esquecido.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu queria realmente, Sr. Presidente, pedir que esta Casa possa... Eu acho que a vida, principalmente a do estudante da área rural, é uma questão de todos.

Eu queria também lembrar que hoje é o Dia do Feirante e queria parabenizar todos os feirantes desta cidade. Realmente é um espaço extremamente importante. Eu tenho visitado muitas feiras. Para se ter uma ideia, há setenta feiras permanentes aqui. Eu as tenho visitado, até porque participei delas durante quinze anos e ainda trabalho com isso. A nossa associação tem a banca dos orgânicos nas feiras de Brasília. Eu realmente tenho uma ligação muito forte com isso, e, agora, durante a campanha, nós temos visitado de madrugada as feiras, revisto os amigos e visto a importância das feiras.

Tenho feito alguns trabalhos e tive a oportunidade de, conversando com o Secretário de Turismo, criar o Circuito das Feiras aqui em Brasília. Eu dei a ideia e será criado o Circuito das Feiras, como turismo mesmo. Então, as vans, as operadoras de turismo vão fazer isso, inclusive porque nós temos um circuito gastronômico nas feiras de Brasília. É realmente um atrativo de excelente qualidade, levam-se clientes do Plano Piloto para as feiras que acontecem em todas as cidades do Distrito Federal.

Então, isso é uma coisa que vai gerar oportunidade. Nós ficamos muito animados. Está todo mundo sonhando que isso vai ser uma coisa importante para Brasília, principalmente para os feirantes, para os artesãos, para as pessoas que têm seus alimentos nas feiras e desenvolvem e desenvolvem sua culinária lá, e também para aqueles que vendem verduras, hortaliças, e etc.

Sr. Presidente, quero aqui deixar os meus parabéns a todos os feirantes desta cidade, e que a gente possa continuar apoiando-os, como vimos apoiando já há bastante tempo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Srs. Líderes se há acordo, nos termos da reunião de Liderança, para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a 80, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta.

Há acordo? (Pausa.)

Entendo que, pelo silêncio dos Deputados, há acordo.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que chamasse os pares, porque há Deputado saindo, e temos projeto para pagamento de pessoal para ser votado e aprovado. Será que poderíamos fazer esse apelo aos pares?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Rôney Nemer, no primeiro projeto, nós iremos fazer votação nominal, e aí verificaremos se teremos ou não *quorum*, se V.Exa. concordar.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, eu só queria pedir, porque eu vi mais duas Deputadas saindo, que elas retornassem para priorizarmos pelo menos o projeto que trata do salário do pessoal do GDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Os Deputados tiveram o direito de se manifestar como o regimento estabelece. E temos sido extremamente solícitos. O processo deliberativo se dá de acordo com a consciência de cada um dos Parlamentares. O Presidente apenas informa a pauta e convoca os Deputados para estarem presentes.

Item nº 81:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dá nova redação ao *caput* do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que ‘dispõe sobre os princípios que regem a Administração Pública’”.

Em função da ausência do Parlamentar, passaremos ao próximo item da Ordem do Dia. (Pausa.)

O autor do Projeto de Lei nº 1.402, de 2013, também se encontra ausente.

Consulto os Líderes sobre se há acordo para votarmos os projetos de decretos legislativos referentes aos itens de nº 83 e 84, em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 83:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2014, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Jorge Shyu Guang Pu”.

Item nº 84:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2014, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Henrique Serra Azul”.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	21



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 26/08/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 26/08/14

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 252/2014 E 257/2014

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☐ AUTORIA: DEPUTADO

RÔNEY NEMER

☐ RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC			X			
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP			X			
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB			X			
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB	X					
OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
PATRÍCIO	PT	X					
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
TOTAL		13		11			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO CHICO VIGILANTE)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Estão aprovados os PDLs nºs 252, de 2014, e 257, de 2014, ambos de autoria do Deputado Rôney Nemer.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 85:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 641, de 2014, da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os nutricionistas do Distrito Federal”.

Item nº 86:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 642, de 2014, do Deputado Agaciel Maia, que “manifesta apoio aos 87 chacareiros, moradores do Parque do Guará, que estão sendo notificados para desocupação de área, sem observar os procedimentos legais previstos na Lei nº 827/201, art. 37, que regulamenta o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC”.

Item nº 87:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 643, de 2014, da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os administradores do Distrito Federal pelo seu dia”.

Em função da ausência dos Srs. Deputados autores das proposições, passaremos à apreciação do item nº 88.

Item nº 88:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.365, de 2014, do Deputado Dr. Michel, que “requer a realização de audiência pública para debater as condições de trabalho dos profissionais de educação física no dia 2 de setembro, às 19h, em local externo a ser definido”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 26/08/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

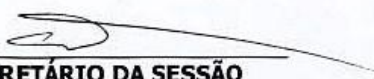
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☒ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): 3.365/2014

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☒ AUTORIA: DR. MICHEL

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC			X			
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP			X			
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT	X					
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB			X			
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB	X					
OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
PATRÍCIO	PT	X					
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X		X			
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
TOTAL		14		10			


SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO CHICO VIGILANTE)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

Passaremos à apreciação dos itens extrapauta conforme solicitação da Líder de Governo, acolhendo, preliminarmente, os itens nºs 4 e 5, apenas os créditos referentes a pagamento de servidor.

Item nº 4 extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.981, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 18.409.531,00 (dezoito milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e trinta e um reais)”.

A proposição não foi apreciada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que deverá se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.981, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 18.409.531,00 (dezoito milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e trinta e um reais)”.

Por estar dentro de todos os preceitos legais, o parecer desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é favorável à aprovação do PL nº 1.981, de 2014.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.981, de 2014, em primeiro turno.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Quero aproveitar a presença do Deputado João de Deus para registrar a presença do Prefeito de Água Fria. Não apenas tendo ocupado mandato nesta Casa, representando o povo do Distrito Federal, teve um desempenho de tal maneira que chegou a cidades ao redor de Brasília, entre elas Água Fria, que o acolheu como prefeito.

Parabéns pela gestão, Prefeito.

Item nº 5 extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.982, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais)”.

A proposição não foi apreciada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que deverá se manifestar sobre o projeto e sobre a emenda.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a Matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.982, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais)”.

O parecer desta comissão, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto com a emenda de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Este é o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Rôney Nemer, só para identificar, V.Exa. acolheu a Emenda nº 01, é isso?

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – As Emendas nº 01 e nº 02 agora, Sr. Presidente.

Retificando agora o parecer: o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.982, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais)”, é pelo acatamento e aprovação deste projeto, bem como das duas emendas aditivas apresentadas, de autoria da nobre Deputada Eliana Pedrosa.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que pudesse incluir na pauta os Itens nº 85 e nº 87, que tratam de duas moções.

Eu gostaria de justificar a ausência da Deputada Celina Leão, que teve que sair do plenário correndo porque – não sei se todos souberam, mas – o pai dela



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

esteve recentemente na UTI e parece que ele teve algum problema agora, por isso ela teve que se ausentar para ver o que está acontecendo.

Então, quero justificar a ausência da Deputada Celina Leão em função disso, e se V.Exa. puder incluir os itens também...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós iremos acolhê-los após a votação desse projeto, Deputada Eliana Pedrosa, e agradeço a informação que V.Exa. trouxe ao plenário desta Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PMDB, quero justificar a ausência do Deputado Robério Negreiros, que, inclusive, é o relator na CCJ do Projeto de Lei nº 1.974. Ele reconhece a importância do projeto, abre mão da relatoria e pede que o Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, designe um novo relator, já que ele não pode estar aqui presente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Item nº 3 extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e a aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre trilhos”.

A proposição não foi apreciada pelas comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.978, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e a aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos”.

O parecer da CEOF é pela aprovação e acatamento do projeto sem nenhuma emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.978, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e a aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos”.

Nós escrevemos em nosso parecer, como de praxe, que é competência da Comissão de Constituição e Justiça, descrita no Regimento Interno desta Casa no art. 63, inciso I, no tocante às questões relacionadas à admissibilidade de proposições em geral, examinar a constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, e proferir parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

Em vista disso, quanto à admissibilidade do referido projeto de lei, estão atendidos os art. 71 e 100, inciso VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do governo para iniciativa de leis complementares e ordinárias. Quanto à constitucionalidade material, verifica-se que os dispositivos do projeto de lei em análise não desnaturam o atendimento da lei citada – no caso, a Lei nº 5.002, de 2012: exposições de ordenamento jurídico relativas a operações de crédito –, mantida a aderência ao disposto na Lei Orgânica, Capítulo 5, Título VII, que trata de transporte.

Sr. Presidente, ante o exposto, nosso voto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.978, de 2014, na forma de sua redação original.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 2 extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.974, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante prestação de garantia pela União, operações de crédito junto ao Banco do Brasil, na forma em que menciona e dá outras providências”.

A proposição não foi apreciada pelas comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e eventuais emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator ou avoque a relatoria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Arlete Sampaio para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.974, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante prestação de garantia pela União, operações de crédito junto ao Banco do Brasil, na forma em que menciona e dá outras providências”.

Explico a todos os parlamentares, preliminarmente, que se trata de um projeto muito simples. Já aprovamos nesta Casa o mesmo dispositivo com a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

operadora Caixa Econômica. Como houve problemas, o projeto apenas substitui a operadora para o Banco do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o PROJETO DE LEI Nº 1.974, de 2014, que *autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante prestação de garantia pela União, operações de crédito junto ao Banco do Brasil, na forma em que menciona e dá outras providências.*

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Deputado RÔNEY NEMER

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de Lei nº 1.974, de 2014, encaminhado pelo Governador do Distrito Federal por meio da Mensagem nº 218/2014-GAG.

A proposição autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante prestação de garantia pela União, operações de crédito interno no valor de até 500 milhões de reais com o Banco do Brasil. Os recursos decorrentes destinam-se à realização de melhorias viárias, adequação e implantação de calçadas, implantação de malha cicloviária e aporte de contrapartida para empreendimentos de infraestrutura.

Para garantia do principal e encargos das operações, a União é indicada como garantidora e o Poder Executivo é autorizado a ceder ou vincular as cotas de repartição constitucional em contragarantia.

O orçamento do Distrito Federal deve consignar, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes das operações de crédito.

O Banco do Brasil é autorizado a debitar na conta-corrente onde são efetuados os créditos os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória.

A proposição foi distribuída em regime de urgência à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e à Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição recebeu uma Emenda Supressiva na Comissão de Constituição e Justiça, e nenhuma emenda nesta Comissão.

É o relatório.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 64, II, "b" atribui a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito de operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal.

Em relação ao atendimento dos requisitos formais e materiais presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, verifica-se que a proposição encontra-se devidamente instruída com os documentos obrigatórios previstos em seu artigo 86. Já em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, a documentação anexada ao Projeto de Lei em apreciação demonstra o atendimento às estipulações e limites nela estabelecidos, especialmente em seu artigo 32.

A previsão do impacto a recair nas subseqüentes administrações do Distrito Federal também instrui o Projeto de Lei, atendendo ao disposto no § 1º do artigo 146 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em relação à Emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, penso que não pode prosperar, pois o dispositivo que se pretende suprimir não confere ao Banco de Brasília o poder de transferir ao Banco do Brasil recursos à revelia dos órgãos de planejamento e fazenda e de forma alguma permite que o pagamento seja feito em desacordo com qualquer ordem de preferência, como exposto em sua justificativa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 146, §§ 1º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no artigo 86 da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, voto pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.974/2014, na forma de sua redação original, rejeitada a Emenda Supressiva nº 1 apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, de

de 2014.

Deputado

Presidente

Deputado

RÔNEY NEMER

Relator

[Assinatura]
Deputado ARLETE SAMPAIO
Relator



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.974, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante prestação de garantia pela União, operações de crédito junto ao Banco do Brasil, na forma em que menciona e dá outras providências”.

Sr. Presidente, nós descrevemos a competência da Comissão de Constituição e Justiça tendo como base o art. 63, inciso I, e § 1º do Regimento Interno desta Casa. Quanto à admissibilidade do projeto de lei em análise, o art. 100, inciso XVI da Lei Orgânica do Distrito Federal determina a competência privativa do Governador para enviar à Câmara Legislativa projeto de lei relativo a operações de créditos. Foi atendido esse pressuposto.

Quanto à constitucionalidade material, verifica-se que os dispositivos do projeto de lei em análise não desnaturam o atendimento das exposições do andamento jurídico relativo às operações de crédito, pois é natureza de tal operação que as partes do contrato assumam obrigações de fazer e de não fazer, inclusive prover recursos em contrapartida ao prestar garantias.

Em relação à emenda apresentada, penso que não pode prosperar, pois o dispositivo que se pretende suprimir não confere ao Banco de Brasília o poder de transferir ao Banco do Brasil recursos à revelia dos órgãos de planejamento e fazenda e, de forma alguma, permite que o pagamento seja feito em desacordo com qualquer ordem de preferência, como exposto em sua justificativa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Diante do exposto, no âmbito na Comissão de Constituição e Justiça, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.974, de 2014, na forma de sua redação original, rejeitada e declarada inadmissível a Emenda Supressiva nº 1 apresentada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 252 e 257, de 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias:

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2014, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Jorge Shyu Guang Pu”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2014, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Henrique Serra Azul”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens.

Item nº 85:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 641, de 2014, da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os nutricionistas do Distrito Federal”.

Item nº 87:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 643, de 2014, da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os administradores do Distrito Federal pelo seu dia”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 13 Deputados.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.981, de 2014; Projeto de Lei nº 1.982, de 2014; Projeto de Lei nº 1.978, de 2014; e Projeto de Lei nº 1.974, de 2014.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. a dispensa do interstício e que dê como lida e aprovada a redação final dos dois projetos de decreto legislativo do Deputado Rôney Nemer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, isso já foi feito pelo Deputado Wellington Luiz.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	08	2014	15h23min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h17min.)